



Bancários pressionam deputado, que recua, e garantem folga aos finais de semana

PL que autorizava abertura dos bancos aos sábados, domingos e feriados, teve tramitação cessada; categoria se mantém mobilizada contra terceirização e outras retiradas de direitos



Depois de muita pressão da Contraf-CUT, dos seus sindicatos e federações filiados e de toda a categoria bancária, o autor do Projeto de Lei (PL) 1043/19, que autorizava a abertura dos bancos aos sábados, domingos e feriados, deputado federal David Soares (União-SP), solicitou a retirada do projeto de tramitação.

“Já havíamos tido diversas conversas com o deputado para explicar os motivos de nossa posição contrária ao projeto, apresentando números que comprovam os danos que o excesso de trabalho e as cobranças abusivas de metas causam à saúde das bancárias e bancários. Deixamos claro que a abertura dos bancos nos finais de semana e feriados agravaria

ainda mais esta situação”, disse o secretário de Relações do Trabalho e responsável da Contraf-CUT pelo acompanhamento da tramitação de pautas de interesse dos trabalhadores no Congresso Nacional, Jeferson Meira, o Jefão. “O deputado e seus aliados, em decorrência do lobby dos bancos, insistiam em manter o projeto em tramitação. Mas nossa luta coletiva, somada às estratégias articuladas que fizemos dentro do Congresso Nacional, surtiu efeito e conseguimos, mais uma vez, manter os direitos da classe trabalhadora e, sobretudo, da categoria bancária”, completou.

A demanda da categoria vai no sentido contrário ao que havia sido proposto pelo deputado. “Queremos que os bancos continuem abrindo de segunda a sexta-feira. Mas com uma escala de trabalho que permita que cada um trabalhe apenas quatro dias na semana”, explicou o dirigente da Contraf-CUT. “Ao contrário do que alguns podem imaginar, as pesquisas mostram que isso aumenta a produtividade dos trabalhadores e a lucratividade das empresas que adotaram o sistema, pois, com maior descanso, os trabalhadores ficam mais animados, trabalham com mais gosto e adoecem menos. Além disso, é uma forma de estimularmos a economia, a geração de empregos e promover a distribuição dos ganhos que o avanço da tecnologia proporciona”, completou.

“Um olho no peixe...

Para Jefão, a retirada do projeto de tramitação deve ser comemorada. “A abertura dos bancos aos finais de semana poderia causar diversos danos à saúde e também prejudicar a vida social da categoria. Por isso, a interrupção da tramitação pode ser considerada uma vitória”, avaliou.

...o outro no gato”

Mas ele faz um alerta para que a categoria continue mobilizada. “Conversei com a assessoria do deputado e fui informado de que não há a intenção de reapresentar o projeto, nem algo semelhante. Mas já houve muitas idas

e vindas sobre essa proposta, por isso, devemos estar atentos à movimentação no Congresso”, alertou. Jefão observa que “outros deputados trabalham pela abertura dos bancos aos finais de semana e quem faz lobby para que isso aconteça não vai deixar de ter este desejo de uma hora para a outra”.



Outras lutas

A única justificativa plausível para um possível fim do lobby pela abertura dos bancos aos sábados, segundo Jefão, seria eles terem encontrado outra saída para fazer tudo funcionar como eles querem sem a necessidade de alteração na lei. “Por exemplo, sabemos que alguns bancos estão num processo incessante de terceirização disfarçada. Estão demitindo os bancários e os recontratando para fazer os mesmos serviços, mas contratados por empresas terceirizadas do próprio grupo. Tem caso de banco com mais da metade dos funcionários realizando trabalhos de bancários, mas trabalhando para outras empresas. É uma terceirização disfarçada”, explicou Jefão.

“Esta terceirização disfarçada precisa ser denunciada para a toda a sociedade. Pois eles podem querer burlar a lei não apenas na questão da terceirização fraudulenta, mas também no funcionamento dos serviços bancários, com trabalho de supostos não-bancários em ‘lojas’ que supostamente não são bancos”, explicou.

Jefão reforça que é preciso estar atento a toda a movimentação do trabalho no setor bancário para impedir não apenas a aprovação de leis que prejudicam a categoria, mas também a utilização de artimanhas para o descumprimento das leis existentes. “Precisamos estar atentos ao Congresso e à toda movimentação do setor”, concluiu.

Fonte: Contraf-CUT



Aracaju-Se, 08 de novembro de 2024

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL

O Sindivigilante Sergipe convoca os trabalhadores da nossa base, a comparecerem a sede do nosso sindicato, para participarem de assembleia geral dos vigilantes patrimoniais, a ser realizada na próxima quarta-feira, 13/11/24.

Pauta: negociação salarial 2025 - Contraproposta patronal.


Na oportunidade será entregue brindes (camisetas com o símbolo de nossa entidade), aos vigilantes associados, que ainda não receberam.

Ps: pedimos aos nossos ASSOCIADOS, que levem consigo um contracheque atualizado ou carteira de sócio válida, para facilitar o recebimento do brinde.

A primeira chamada será às 19h00min com quórum estatutário e em segunda chamada às 19h30min com qualquer número de interessados presentes.

Você é o nosso convidado especial!

Gestão: transparência e renovação;
Diretor presidente: Reginaldo Gonçalves.



O melhor tratamento é a prevenção!

NOVEMBRO AZUL

MÊS MUNDIAL DE COMBATE AO CÂNCER DE PRÓSTATA

Confederação Nacional dos Vigilantes



Conalis atualiza Nota Técnica nº 09, sobre contribuição assistencial; acesse íntegra



NOTA TÉCNICA Nº 09 CONALIS



A Coordenação Nacional de Liberdade Sindical (Conalis), do Ministério Público do Trabalho (MPT), atualizou sua Nota Técnica nº 09, que oferece orientações sobre a contribuição assistencial e o direito de oposição após a decisão do Supremo Tribunal Federal no Tema 935, que julgou constitucional a cobrança da contribuição assistencial a não sindicalizados, desde que garantido o direito de oposição.

A Nota Técnica foi motivo de questionamento na Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) do MPT, que em sessão realizada em junho deste ano decidiu não homologar o texto com o conteúdo apresentado originalmente. As centrais sindicais criticaram a decisão da CCR, porém a Conalis reeditou a nota para ajustar sua redação após a não-homologação.

A nova orientação destaca, por exemplo, que “não compete ao(à) empregador(a) exigir, impor e/ou condicionar o modo, tempo e lugar do exercício da oposição, a exemplo de apresentação perante o departamento de pessoal da empresa ou de modo virtual. Tal

conduta constitui, em tese, ato ou conduta antissindical, pois se trata de decisão pertinente à autonomia privada coletiva.”

Na conclusão do documento, a Conalis defende a “autonomia coletiva manifestada em assembleia” para arbitrar a respeito da contribuição assistencial e direito de oposição.

“Na ponderação de valores entre interesses individuais relacionados ao alcance subjetivo de cláusula de contribuição assistencial (ou negocial), montante estabelecido, tempo, modo e lugar da oposição, em respeito à liberdade sindical, prevalece a autonomia coletiva manifestada em assembleia, posto que se trata de matéria de deliberação da autonomia privada coletiva dos(as) trabalhadores(as), incidindo, na hipótese, o disposto nos Enunciados nos. 22 e 30/CCR c/c Orientação nº 20/CONALIS”, diz a Nota.

Confira a íntegra a Nota Técnica Conalis nº 09, de 24 de outubro de 2024:

<https://csb.org.br/wp-content/uploads/2024/11/nota-tecnica-9-conalis-atualizada.pdf>

Igreja não é obrigada a pagar adicional de periculosidade a segurança

A 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho isentou uma igreja de pagar adicional de periculosidade a um agente de segurança que trabalhou por 19 anos em diversos templos no Rio de Janeiro. Segundo o colegiado, o agente não se enquadra nas condições legais que obrigam o pagamento do adicional.



O benefício não foi concedido pois o segurança não utilizava arma de fogo

Na ação trabalhista, ajuizada em abril de 2019, o agente disse que, por quase 20 anos, protegeu o patrimônio da igreja e os fiéis sem receber adicional de periculosidade.

Disse ter solicitado diversas vezes o benefício à instituição, mas apenas recebia respostas evasivas. Diante disso, pediu a condenação da igreja ao pagamento de adicional de 30% sobre os salários de todo período trabalhado, em valores que, na época, somavam R\$ 98 mil.

Em contestação, a igreja afirmou que o agente nunca havia usado arma de fogo e não trabalhava para empresa prestadora de serviços de segurança privada.

Contudo, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) concluiu que o trabalhador esteve exposto a risco e teve sua integridade física ameaçada. Essa situação gera o direito ao adicional de periculosidade, sendo irrelevantes o objeto social do empregador e a nomenclatura do cargo ocupado.

Condições para direito à periculosidade

A relatora do recurso da Universal, ministra Delaíde Miranda Arantes, explicou que a CLT prevê o pagamento da parcela a empregados sujeitos a roubo ou outros tipos de violência física nas atividades de segurança pessoal e patrimonial. Mas a concessão está condicionada aos requisitos previstos no Anexo 3 da Norma Regulamentadora (NR) 16.

A ministra lembrou que a igreja é pessoa jurídica de direito privado e que o agente não foi contratado por empresa registrada e autorizada pelo Ministério da Justiça. Ele também não trabalhava em instalações como ferroviárias ou rodoviárias ou bens públicos, contratado diretamente pela administração pública, como exige a norma.

Após a publicação da decisão, o agente de segurança opôs embargos de declaração, ainda sem julgamento. Com informações da assessoria de comunicação do TST.

Processo 100547-28.2019.5.01.0067

Fonte: CONJUR

Luiz Marinho recebe grupo de sindicalistas da América Latina

Audiência tratou da integração latino-americana na área do trabalho para o fortalecimento das relações entre os países



O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu em audiência na tarde desta terça-feira (5), em Brasília uma comitiva de sindicalistas do setor da indústria de países da América Latina. No encontro foi tratado temas como a integração latino-americana, com foco nas relações de trabalho, legislação trabalhista e sindical e o fortalecimento das relações regionais.

Marinho destacou aos sindicalistas o crescimento do mercado formal de trabalho brasileiro, desde o ano passado, devido ao bom desempenho da economia brasileira, que registrou uma taxa de desemprego de 6,4%, em outubro, bem próximo do pleno emprego. “Estamos enfrentando o mercado, que só pensa em tirar dos que estão embaixo e nada de quem está em cima, dentro de uma lógica perversa, que não é só do Brasil, infelizmente”, destacou o ministro.

O secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos da Argentina (UOM), Abel Furlan, falou sobre a situação difícil pela qual seu país passa devido às políticas econômicas e sociais imposta pelo governo argentino, que têm provocado uma queda do poder aquisitivo e no salário real e aumentado a informalidade no mercado de trabalho. “A Argentina está

vivendo em nome da inflação e do ajuste fiscal. A informalidade cresceu demais, com os ajustes sempre caindo sobre os trabalhadores. Com a informalidade, cai a representatividade sindical. Isso é grave, eles deveriam corrigir, buscando registrar os trabalhadores”, explicou Furlan.

A audiência foi acompanhada pelo secretário-executivo do MTE, Francisco Macena; o secretário de Relações do Trabalho, Marcos Perito; o secretário Nacional de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho. Pelos sindicalistas estavam o secretário de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da (CNM/CUT), Maicon Michel, e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Moises Selerges.

Na comitiva de sindicalistas da América Latina estavam o secretário-geral de Constramet do Chile, Horacio Fuentes; o secretário-geral da Federação dos Trabalhadores da Indústria da Argentina, Pedro Wasiejko; e a secretária-geral adjunta da Confederação dos Sindicatos da Indústria da Argentina e vice-presidente da IndustriALL Global União para América Latina e Caribe, María Soledad Calle.

FONTE: MTE

Práticas antissindiciais do Santander Brasil chegam à direção do banco na Espanha

Danos irreparáveis à economia: Selic em 11,25% mantém Brasil entre os maiores pagadores de taxa básica real do mundo, enquanto país bate recorde de empresas com pedido de recuperação judicial



Com Práticas antissindiciais, contratação fraudulenta de mão de obra mal disfarçada de terceirização, demissões, fechamento de agências, redução de postos de trabalho. O pacote de maldades do Santander foi oficialmente denunciado à direção do banco na Espanha por dirigentes sindicais de Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Peru. A reunião com representantes da matriz da instituição financeira foi realizada na Cidade Santander Boadilla Delmonte, na manhã da terça-feira (5).

“Esse tipo de contratação visa retirar direitos dos trabalhadores e enfraquecer a

representação sindical. Ou seja, enfraquecer a categoria bancária como um todo”, afirma a secretaria de Relações Internacionais da Contraf-CUT, Rita Berlofa, direto da Espanha.

O sindicato global UNI Finanças apresentou à direção do banco uma proposta de criação de um grupo de trabalho para elaborar um protocolo de relações entre a empresa e os sindicatos da América do Sul. O Santander ficou de analisar e dar uma resposta. “Falamos da má relação que o banco está mantendo com os sindicatos”, relata o chefe de departamentos da UNI Finanças Global, Angelo Di Cristo.

“Propusemos esse protocolo de relações sindicais porque cremos que o diálogo é o melhor para solucionar os problemas. Sem diálogo não se pode chegar a nada. Esperamos poder seguir em reuniões com o banco para fazer esse protocolo de vital importância para os trabalhadores, para os sindicatos e para o banco Santander na América Latina.”

O diretor regional da UNI América Finanças, Guillermo Maffeo, reforça que a situação é muito grave. “Nós, como dirigentes sindicais, informamos ao banco sobre a necessidade de acabar com esse tipo de conduta e retomarmos o diálogo”, disse Maffeo.

“Enquanto isso, permaneceremos na resistência e mobilizados, na defesa dos empregos e na melhoria das condições de trabalho”, avisa a coordenadora da COE Santander, Wanessa de Queiroz Paixão. Diretora executiva da Fetec/CUT-SP, ela ressalta o quanto as denúncias apresentadas à matriz do banco afligem os trabalhadores nas agências e nos departamentos do Santander no Brasil.

“Protocolamos um documento sobre toda essa situação junto à direção do banco, em Madri. Tudo isso, inclusive, reconhecido pelo Ministério Público do Trabalho como práticas antissindicais por parte do Santander no Brasil. Seguimos na luta exigindo respeito do banco”, completa Wanessa.

A reunião, de quase duas horas, foi coordenada pela UNI Finanças Global e contou também com a participação de Márcio Monzane, secretário regional da UNI Américas, e dos sindicatos espanhóis Comissões Obreiras e Fes-UGT.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

Cabesp e Banesprev

No caso do Brasil, a direção do Santander na Espanha ouviu também denúncias sobre o desrespeito do banco aos estatutos do fundo de seguridade social (Banesprev) e da caixa de assistência em saúde (Cabesp) dos trabalhadores oriundos do Banespa, comprado pelo Santander em 2000. “O Santander está desrespeitando inclusive determinações judiciais relativas aos direitos dos trabalhadores tanto na Banesprev quanto na Cabesp”, denuncia Rita Berlofa que também é dirigente da Afubesp, a associação de funcionários do Banespa.

“O Santander segrega os diretores eleitos e sonega informações necessárias para que possam bem executar o seu papel.”

Além disso, o Santander Brasil ameaça os trabalhadores com a retirada de patrocínio por parte do banco tanto no Banesprev quanto na Cabesp. “Isso é inaceitável. Os trabalhadores do Banespa estão envelhecidos. E depois de tanto contribuírem com seus conhecimentos para o engrandecimento da empresa, na fase da vida em que mais precisam, sofrem esse ataque do Santander”, critica a dirigente.

“Esperamos que a situação se normalize, que possamos voltar ao diálogo e que os conflitos sejam resolvidos pela via comercial e não pela via jurídica”, diz Rita Berlofa.

Fonte: Contraf-CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF